

Artigo original

Infância, rebeldia e escravidão no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo

Poliana Santos*

RESUMO

Este artigo procura analisar a representação da criança escravizada a partir da personagem infantil Benedito, do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo (1857-1913). Fazemos uso do diálogo entre História, literatura e interseccionalidade, buscando captar, na esquematização do ser fictício e na sua enunciação, aspectos da realidade brasileira, em particular do Maranhão oitocentista. Para dar conta das particularidades históricas, amparamo-nos em outros documentos: anúncios de fuga, compra e venda de escravizados em periódicos maranhenses, além de códigos de postura de São Luís. Assim, temos o propósito de confrontar texto e contexto para compreender como o literário reforça imagens de controle sobre o negro. Partimos da ideia de que o termo “moleque” é uma categoria literária e social construída para determinar a função da criança negra na ordem escravocrata. A palavra carrega uma dimensão histórica e é marcada por estereótipos raciais, que foram sendo ressignificados ao longo do tempo.

Palavras-chave: História; literatura; escravidão; infância; Maranhão

Childhood, Rebellion and Slavery in the Novel *O Mulato*, by Aluísio Azevedo

ABSTRACT

This article analyzes the representation of enslaved children based on the child character Benedito, from the novel *O Mulato* by Aluísio Azevedo (1857–1913). It engages a dialogue between History, literature and intersectionality, seeking to capture in the schematization of the fictitious entity and in its enunciation, aspects of Brazilian reality in nineteenth-century Maranhão. The article draws on additional documents, including notices related to the sale

* Universidade Federal do Maranhão / Campus Bacabal, Bacabal, MA – Brasil. E-mail: p.santos@ufma.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6941-4565>.

and escape of enslaved individuals published in Maranhão newspapers, as well as municipal codes of conduct from São Luís. Using these sources, the article confronts text and context in order to understand how literary discourse reinforces images of control over Black people. It starts from the premise that the term “moleque” constitutes a literary and social category constructed to define the role of the Black child within the slaveholding order. The word carries a historical dimension and is marked by racial stereotypes that have been re-signified over time.

Keywords: History; Literature; Slavery; Childhood; Maranhão

Infancia, rebelión y esclavitud en la novela *O Mulato*, de Aluísio Azevedo

RESUMEN

Este artículo busca analizar la representación de los niños esclavizados a partir del personaje infantil Benedito, del romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo (1857-1913). Hacemos uso del diálogo entre Historia, literatura e interseccionalidad, buscando captar en la esquematización del ser ficticio y en su enunciación, aspectos de la realidad brasileña, en particular de Maranhão decimonónico. Para tomar en cuenta particularidades históricas, nos apoyamos en otros documentos: anuncios de fugas, compra y venta de esclavizados en periódicos de la ciudad, además de los códigos de postura de São Luís. De este modo, tenemos el propósito de cotejar texto con contexto, para comprender cómo lo literario refuerza las imágenes de control sobre el negro. Partimos de la idea de que el término “moleque” es una categoría literaria y social construida para determinar la función de los niños en el orden esclavista. La palabra carga una dimensión histórica y está marcada por estereotipos raciales que fueron resignificados a lo largo del tiempo.

Palabras clave: Historia; literatura; esclavitud; infancia; Maranhão

Neste artigo, procuramos analisar imagens e aspectos sociológicos da criança escravizada no século XIX a partir da obra *O mulato* (2020), de Aluísio Azevedo, publicada pela primeira vez em 1881. Para tanto, ancoramo-nos na recente historiografia sobre a escravidão no Brasil, bem como em crônicas de viagem e fontes de jornais. Buscamos mostrar como imagens de controle são construídas em torno do menor cativo, a fim de legitimar os papéis e os espaços sociais a ele determinados dentro da ordem escravocrata.

Também examinamos os modos de resistência elaborados pelos pequenos escravizados contra seus senhores. As pesquisas em torno da escravidão na infância avançaram significativamente na escrita da história brasileira, mas pouco se investigou sobre as representações

literárias da criança cativa, assim como ainda é lacunar o estudo das formas de protesto infantil contra a escravidão: fugas, pequenas infrações, furtos, palavrões etc.

A literatura azevediana capta essa história particular da infância, revelando evidências do passado escravista brasileiro e da resistência da população negra. Devemos destacar que o escritor, embora fosse um combatente da intolerância racial, não escapou aos preconceitos que visava denunciar. Suas personagens negras são marcadas por estereótipos racistas, caso de Benedito (o “moleque” preguiçoso e ladrão), Mônica (a mãe preta supersticiosa e infantil) e Brígida (a mulata libidinosa). Essas incongruências resultam dos limites formativos do próprio literato, que foi educado numa sociedade fortemente hierarquizada e instruído segundo as teorias raciais (Mérián, 1988).

Analisando as representações dos negros na arte, hooks (2019) explica o sentido profundamente ideológico das imagens no controle do poder político e social sobre os grupos marginalizados. A autora mostra que as escritas imagéticas racistas se internalizam na consciência das pessoas e em suas práticas cotidianas, recriando perspectivas colonizadoras. Collins (2019) também comenta que estereótipos como a *mammy* e “a mulata gostosa” procuram justificar o sistema de opressão racial, sendo parte de uma ideologia generalizada de dominação. Esses símbolos seriam criados para que o racismo, o sexismo e a pobreza fossem banalizados no cotidiano. Tais estereótipos têm origem no período da escravidão e visavam controlar a força do trabalho negro.

A criança escravizada não escapou das representações racistas elaboradas na experiência do cativo. O menino negro é frequentemente esquematizado como fujão, traquino e alegre, com uma índole diabólica. A categoria “moleque” é constitutiva desses predicados, possuindo múltiplos significados. Na literatura do século XIX e do início do XX, ele aparece quase sempre na ocupação de pajem ou de copeiro.

Gilberto Freyre foi um dos primeiros estudiosos, na década de 1930, a tratar do menino cativo em seu livro *Casa-grande & senzala* (2005) e em *Sobrados e mucambos* (2004). O autor analisa o “moleque” no espaço da fazenda, companheiro de brinquedos e *leva-pancadas* do menino branco; e no ambiente da rua, cometendo travessuras e vingando-se dos transeuntes. Freyre (2004) explica que as relações de dominação se iniciam ainda na infância, quando o pequeno escravizado é posto sob a sujeição do filho do senhor. Outro trabalho que merece destaque é a dissertação de Walter Fraga Filho, *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX* (1994). O autor dedica um capítulo à vivência de crianças libertas e escravizadas nos logradouros de Salvador, mostrando como elas ocupavam o espaço público como local de labor, de divertimento e de resistência (Fraga Filho, 1994).

Essas investigações revelam que a classificação “moleque” está articulada à escravidão, ao trabalho infantil, a imagens de poder e a diversos estigmas raciais, que condicionam a criança negra a profundas desigualdades históricas. Para compreendermos melhor tais aspectos, adotamos a concepção de interseccionalidade como ferramenta analítica. De acordo com

Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é um procedimento investigativo que procura analisar como as categorias raça, gênero, classe, nacionalidade, idade, entre outras, podem se inter-relacionar, produzindo diferentes formas de disparidade e formando um sistema unificado de opressão.

A infância escravizada

Manuelzinho e Benedito compõem o núcleo infantil do livro *O mulato* (2020). Ambos trabalham para a família de Manuel Pescada, comerciante português que mora num sobrado em São Luís com sua filha Ana Rosa e sua sogra, Maria Bárbara. O âmbito familiar é compartilhado igualmente com alguns escravizados e empregados do armazém. O primeiro menino vive na condição de caixeiro e o segundo na de cativo. A trajetória dessas duas personagens é marcada pela orfandade, maus-tratos e exploração. Na narrativa, essas crianças estavam numa posição de maior vulnerabilidade, sendo empregadas em diversas atividades e sujeitas a sevícias. Não tinham acesso à saúde, à educação, à boa alimentação; tampouco direito a vestimentas apropriadas. À mercê das idiossincrasias dos adultos, eles se viravam como podiam para sobreviver numa sociedade desigual.

Apesar da faixa etária semelhante e de estarem inseridos no mundo do trabalho, as duas crianças vivenciam diferentes formas de intersecção, com Benedito em uma posição mais frágil. O fato de Manuelzinho ser branco e português lhe confere mais vantagem social: ele não é um escravizado, mas um trabalhador contratado, desfrutando de maior liberdade. Por isso, recebe tratamento mais respeitoso por parte dos patrões e tem possibilidade de ascender socialmente. Comparando as personagens, chama a atenção o modo diferenciado como são tratadas pelo narrador. O processo de enunciação do menino negro é marcado por representações racistas e infernais, enquanto a narração do menino branco se constrói em tom de piedade.

Há um esquema binário entre os dois seres fictícios. O caráter das crianças não é complementar, mas oposto. O menor cativo é o outro, em tudo se diferenciando do garoto branco – nas roupas, no comportamento, no gênio. De natureza selvagem, Benedito é tratado pelo próprio narrador como um animal que precisava ser controlado. Essa bestialização do negro é essencial para o processo de subalternização e objetificação do outro, servindo de justificativa para a violência e a exploração do trabalho (Collins, 2019). No caso do jovem Manuel, tomado como signo de uma cultura superior, é enfatizada a sua humanidade, com invocação narrativa de sua fragilidade: sensível e obediente.

Antes de analisarmos mais de perto as representações infantis do romance, é preciso destacar o que significava ser criança no Brasil do século XIX. Na mentalidade da época, a definição correspondia ao ato de nascer até aproximadamente os 13 anos. A adolescência,

por sua vez, era delimitada pela faixa etária entre 14 e 25 anos. Posteriormente, com a lei imperial de 31 de outubro de 1831, a maioridade civil é fixada em 21 anos completos. O primeiro momento da existência do indivíduo dividia-se em duas fases: a infância, que ia do nascimento aos três anos; e a puerícia, cujo marco etário estendia-se dos quatro aos 12 anos, aproximadamente (Maud, 2010). As *Ordenações Filipinas* também estabeleciam distinções quanto às etapas da vida. Promulgadas na colônia em 1603, as leis vigoraram até 1830. Nas *Ordenações*, havia uma diferenciação do nível de independência conforme o gênero. Enquanto os homens adquiriam maior autonomia aos 14 anos, as meninas podiam assumir responsabilidades da vida adulta aos 12 anos, quando eram consideradas aptas para o casamento. A Igreja Católica determinava igualmente uma separação etária, atribuindo a uma pessoa de sete anos o foro de adulto, com plena consciência e responsabilidade¹.

Todavia, como explica Katia Mattoso (1988), as fases da existência não eram rigorosamente fixas, sofrendo modificações de acordo com a função social do indivíduo. Uma criança branca e abastada podia ter o início de sua vida ativa adiado, enquanto uma criança escravizada adentrava mais cedo na maioridade, uma vez que, desde os sete anos, passava a ser considerada uma força de trabalho por seus senhores. Tal circunstância aponta para o fato de que muitos meninos e meninas cativos simplesmente não viviam as fases da infância e da puerícia, pois, mal começavam a dar os primeiros passos, logo eram destinados à atividade produtiva.

Tratadas no limiar entre o humano e o não humano, as crianças negras não eram enxergadas pelas elites brancas como seres que necessitassem de proteção. De certo modo, estavam inseridas na exploração do trabalho ainda recém-nascidas, sendo carregadas às costas de suas mães escravizadas durante a labuta nos plantéis e nas ruas (Silva, 2013). Quando recebiam os carinhos dos senhores da casa-grande, não eram percebidas como portadores de humanidade, mas como pequenos animaizinhos de estimação:

Nas casas de muitos dos fluminenses ricos, pode-se atravessar uma fila de crianças de cabeça lanosa, na maioria despidas de qualquer roupa, que têm licença de correr por toda a casa e de se divertirem vendo as visitas. Nas famílias que têm alguma tintura de costumes europeus, esses desagradáveis pequeninos bípedes são conservados no quintal. Um dos meus amigos costumava jantar frequentemente em casa de um velho general, da alta sociedade, em torno de cuja mesa pulavam dois pequeninos pretos de azeviche, que quase se penduravam no “pai” (como eles o chamavam) até receberem o seu bocado de comida das mãos deste, e isso se dava antes mesmo do general principiar a jantar. Onde quer que as senhoras da casa se dirijam, esses animaizinhos de estimação são colocados nas carruagens, e considerar-se-iam muito ofendidos em serem esquecidos como qualquer filho espoliado (Kidder; Fletcher, 1941, p. 148).

¹ PORTUGAL. *Terceiro livro das Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

Debret (2009), na aquarela *Um jantar brasileiro*, de 1827, evidencia o mesmo tratamento dado à criança negra. Na cena pictórica, uma senhora da alta sociedade se distraía na hora da refeição com meninos negros que, segundo o pintor, substituíam a função dos cachorrinhos de estimação. A representação do artista francês e o relato dos viajantes norte-americanos não estavam distantes das práticas de violências infantis vivenciadas em São Luís. Em 1880, o jornal *O Paiz* denunciou o “divertimento” perverso de alguns moços que percorriam as ruas com um “moleque” que, atado a uma corrente na cintura, era forçado a imitar o latido de um cachorro².

Ao interseccionarmos raça, classe, gênero e idade, notamos claramente a variação da desigualdade com relação ao pleno desenvolvimento do ser humano. No caso da criança negra e mulher, a exploração de seu trabalho e de sua sexualidade podia privá-la prematuramente da infância. Em 1825, o engenheiro alemão Carl Schlichthorst (2000, p. 219), em sua passagem pelo Brasil, narrou a experiência das meninas africanas que chegavam ao Rio de Janeiro para serem vendidas. Sua narrativa é marcada pelo racismo, revelando a projeção de sentimentos e desejos sexuais sobre as jovens cativas. Segundo o viajante, eram elas que, como “obra-prima da criação”, provocavam nele a lubricidade.

Para Schlichthorst (2000, p. 218), os “doze anos é a idade em flor das africanas”, pois nessa fase elas possuíam uma graça natural, com encantos tão grandes que ele chegava a esquecer até de sua cor. Interpretadas como forças da natureza, os corpos das meninas africanas eram vistos como uma incitação à realização carnal. “Lábios vermelhos-escuros e dentes alvos e brilhantes convidam ao beijo. Dos olhos se irradia um fogo tão peculiar e o seio arfa em tão ansioso desejo que é difícil resistir a tais seduções” (Schlichthorst, 2000, p. 218). Em outro excerto, o engenheiro diminui a fase de maturação sexual da mulher negra para os nove anos: “Uma negra atinge a puberdade aos nove anos. Seu corpo está completamente formado, os seios rijos e de plástica beleza, mão e pés excelentemente modelados” (Schlichthorst, 2000, p. 138).

Na literatura de viagem, bem como nos romances do século XIX, a mulher negra é frequentemente retratada como promíscua e sexualmente ativa. Mergulhadas desde a tenra meninice no mundo do trabalho, muitas delas logo se tornavam vítimas de abusos e coerções sexuais. Davis (2016, p. 180) observou que o assédio e o estupro eram extensões essenciais das relações entre o senhor e a escrava, fazendo parte do sistema de exploração escravista. A ideologia racista, que atribuía à mulher negra um caráter espontaneamente sensual e bestial, tornou-se o discurso para a licença dos homens brancos violarem o corpo feminino negro.

O cronista expõe outra faceta perversa da escravidão: o tráfico atlântico de crianças africanas, que aumentou consideravelmente entre 1811 e 1850, em razão das pressões in-

² O PAÍS, Maranhão, ano XVIII, n. 258, 11 nov. 1880. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704369/4203>. Acesso em: 15 dez. 2024.

glesas pelo fim do comércio internacional de escravizados. Na primeira metade do século XIX, desembarcaram mais de meio milhão de meninos e meninas de norte a sul do Brasil. Conforme Villa e Florentino (2016, p. 7), a crescente demanda por infantes estava ligada à singular conjuntura da escravidão brasileira, que incentivou uma estratégia empresarial de médio prazo: o “alongamento da capacidade vital dos africanos escravizados e na capacidade reprodutiva presente e futura das escravas adquiridas”. O fim do tráfico gerou o medo da falta de mão de obra, fazendo com que as elites investissem na aquisição de menores, a fim de maximizar os potenciais da reprodução interna. O discurso de Schlichthorst (2000) sobre a precocidade sexual da jovem africana era adjacente à estratégia de reprodução escravista, pois contribuíam para sua efetivação e serviam de justificativa para a violência.

As meninas escravizadas eram mais requisitadas para o trabalho doméstico; as tarefas no âmbito familiar podiam ser tão difíceis quanto a labuta na lavoura, pois a lida no espaço privado se traduzia igualmente em torturas, abusos sexuais, longas jornadas de trabalho e diversos afazeres: lavar, passar, costurar, servir à mesa, buscar água, dar recados, carregar encomendas, espantar mosquitos, jogar o lixo, entre outros (Góes; Florentino, 2010).

Alguns historiadores notam, na área urbana, uma divisão do trabalho infantil por sexo, estando as meninas negras geralmente ocupadas em atividades como fiar, cozinhar e limpar; e os meninos negros empregados como mensageiros, carregadores e aprendizes de certos misteres: ferreiro, barbeiro, servente etc. (Mattoso, 1988; Mott, 1979; Teixeira, 2004). No entanto, observamos que essa separação não era rígida. Em anúncios de venda de escravizados do século XIX, adolescentes e crianças do sexo masculino eram negociados como diligentes para atividades gerais de uma casa. Esse é o caso de um jovem de 17 anos, posto à venda por Manoel Ferreira da Silva como um escravo ágil para qualquer tarefa, sabendo cozinhar e fazer todos os serviços de uma casa³. Um aviso do armazém Smith & Rocha, no *Diário do Maranhão*, comunicava o interesse em comprar um “moleque” com “princípio de cozinheiro”⁴. O trabalho com a costura também fazia parte da realidade de muitos garotos negros, em especial, quando eram aprendizes de alfaiate. Um anúncio no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, informava o aluguel de um “bonito moleque”, que engomava, cosia como alfaiate e era bom copeiro⁵.

Tais anúncios demonstram que crianças e adolescentes negros, independentemente do gênero, participavam do mesmo sistema de opressão, sem grandes diferenças nos papéis sexuais. Antes de serem categorizados como homens ou mulheres, eram definidos como trabalhadores. Davis (2016, p. 19) explica que, como unidade de trabalho lucrativa e proprie-

³ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano III, n. 232, 6 nov. 1844, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/901>. Acesso em: 20 jan. 2024.

⁴ DIÁRIO DO MARANHÃO, Maranhão, ano II, n. 147, 28 ago. 1857, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720011/2647>. Acesso em: 20 jan. 2024.

⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 14, 14 jan. 1850, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/55. Acesso em: 20 jan. 2024.

dade, o povo negro podia ser visto pelos senhores de escravos como desprovido de gênero. Retratando a experiência da escravidão nos Estados Unidos oitocentista, a autora comenta que “no que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo”.

Por fim, é preciso destacar que *O mulato* foi publicado dez anos depois da promulgação da “lei do ventre livre”, em 1871. Essa legislação declarava livres os filhos de mulher escravizada que nascessem a partir daquele ano, invertendo o princípio romano do *partus sequitur ventrem*, que determinava que o filho seguia a condição jurídica da mãe. Machado (2018) comenta que essa norma romana foi adotada integralmente no mundo ibérico, desde a introdução da escravidão, e regulamentava a vida reprodutiva das mulheres africanas, que terminavam assumindo um duplo papel: o de trabalhadoras e o de reprodutoras.

Na prática, a “lei do ventre livre” pouco alterou a realidade das crianças escravizadas. Os senhores das mães dos ingênuos, aqueles nascidos após a lei, elaboravam diversas estratégias para continuar explorando a mão de obra infantil, muitas vezes fraudando os documentos que comprovavam a liberdade dos menores (Ariza, 2018). A própria lei concedia aos senhores a possibilidade de obter a guarda das crianças. O regulamento dizia que os proprietários da mãe tinham a obrigação de tratar dos ingênuos até a idade de oito anos. Depois disso, o escravocrata teria duas opções: entregar a criança para o governo, recebendo uma indenização do Estado, ou utilizar o serviço do menor até a idade de 21 anos. Isso criava várias manobras para que o senhor usufruísse do trabalho infantil. Vale destacar que a lei também apresentava lacunas que poderiam beneficiar a mãe. Os menores poderiam se libertar da tutela do senhor, mediante prévia indenização pecuniária; a mulher alforriada poderia levar consigo os filhos menores de oito anos; e a prestação de serviços podia ser encerrada antes do prazo caso o escravocrata aplicasse castigos excessivos aos tutelados⁶. Muitas mulheres recorreram à norma para mudar a condição de seus filhos. Invocando questões humanitárias, como o direito à maternidade, acusaram os proprietários de descumprirem o dispositivo legal que protegia os ingênuos (Cowling, 2015).

No romance, a história se passa um ano antes da “lei do ventre livre”, mas Azevedo confunde a linha temporal quando o protagonista denuncia a estratégia dos senhores para burlar o regulamento: “lembrar-se de que ainda nasciam cativos porque muitos fazendeiros, apalavrados com o vigário da freguesia, batizavam ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre!...” (Azevedo, 2020, p. 214). Um vestígio que esclarece o período narrativo é a idade do protagonista. Em 1849, quando seu pai falece, Raimundo tinha cinco anos, sendo enviado para Lisboa. Em seu retorno ao Brasil, momento em que se desenvolve a trama, ele

⁶ BRASIL. Lei Imperial nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre]. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro, MN, 28 set. 1871. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>. Acesso em: 15 jan. 2025.

contava com 26 anos. Nesse ínterim, transcorreram 21 anos, situando a narrativa em 1870. Nesse contexto, o cativo de Benedito era definido pela condição jurídica da mãe.

Benedito e Manuelzinho

Agora podemos analisar as personagens Manuelzinho e Benedito com mais propriedade. Começamos por Benedito, apresentado na história como um “moleque” travesso e fujão. A personagem é caracterizada como um “pretinho seco, retinto, muito levado dos diabos; pernas compridas, beijos enormes, dentes branquíssimos” (Azevedo, 2020, p. 66). O narrador não diz a sua idade, mas é provável que o jovem cativo tivesse 12 anos, pois ainda era tratado de modo infantil e recebia as designações “pretinho” e “moleque”. Sua função no sobrado de Pescada era a de pajem e de auxiliar de serviços domésticos: levava e trazia recados; transportava água para lavar o rosto do seu senhor; era copeiro, preparando refrescos e servindo aos convidados da casa; e fazia a limpeza dos quartos do casarão.

O pequeno escravizado era órfão, não havendo na história alusão aos seus pais ou à sua origem. Fazia parte do número de crianças escravizadas solitárias, sem referências familiares, que viviam na companhia de seus agressores. No sobrado, seis cativos realizavam o trabalho doméstico: a mãe preta Mônica, que cuidava de Ana Rosa; Benedito, o “moleque” faz-tudo; e a copeira Brígida, uma mulata corpulenta. Os outros cativos não são nomeados, sendo informadas apenas suas funções: engomar, cozinhar e levar recados. O narrador não descreve nenhum vínculo afetivo entre os escravizados. É na situação de trabalhadores que as personagens negras surgem em cena. É significativo o fato de o narrador comentar que, apesar do número de cativos, as tarefas de casa estavam sempre atrasadas. Essa informação não é fortuita: alude à visão abolicionista de Azevedo, segundo a qual a escravidão era um entrave ao avanço econômico do país, visto que empregava uma mão de obra inferior.

Benedito, portanto, só podia contar consigo mesmo. Andava seminu, dormia na varanda ao relento, e era constantemente torturado por Bárbara. Os abusos que sofria iam de xingamentos à violência física. Os donos da casa o chamavam de “peste”, “sem-vergonha”, “maldito moleque”, “patife” e “malvado”. As agressões corpóreas eram bofetadas, pancadas, acoites e palmatórias. É significativo que em nenhum momento ele é chamado de criança. O termo “moleque” era utilizado para alcinhá-lo pelo narrador e pelos demais seres fictícios.

Na lexicografia da época, a palavra “moleque” tinha vários significados: indicava o filho do escravizado até certa idade, mas também poderia denotar um indivíduo sem educação ou grosseiro⁷. Segundo Romano e Seabra (2014, p. 468), o vocábulo tem origem no quimbundo *mu’leke*, designando no século XVIII o “menino” ou “rapazote”. No século XIX, no Brasil,

⁷ SOARES, A. J. de Macedo. Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. *Revista Brasileira*, ano 1, n. 4, 1880. p. 265. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/139955/3649>. Acesso em: 25 jan. 2024.

passou a referir-se ao “pretinho, negro pequeno”. Com o tempo, outros sentidos foram adicionados: menino criado à solta, garoto travesso, menino de rua, canalha, patife, velhaco.

A partir da semântica da palavra “moleque”, podemos verificar que Benedito era a mimesis da criança escravizada no trabalho. A concepção aponta para sua cor, sua condição social e o imaginário racista que as elites brancas nutriam em relação às crianças negras. A personagem de Azevedo é apresentada como um jovem cativo, retinto, trabalhador, travesso, fujão e ladrão. Carregava em sua estrutura física e psicológica todo o significado do termo, relacionado à atividade laboral e ao mau caráter. Sua imagem é bestializada pelo narrador, que não esconde o seu racismo ao afirmar que Benedito tinha “agilidade de macaco” (Azevedo, 2020, p. 66).

Silva (2013, p. 111) explica que a concepção “moleque” está intimamente ligada à experiência de trabalho compulsório das crianças negras, não remetendo apenas à infância, mas também à “forma de tratamento empregada ao escravo”. Vistos como aprendizes, os meninos e as meninas cativos são percebidos pelo senhor como “escravo[s] em redução”, diferindo do adulto apenas pelo tamanho e pela força (Mattoso, 1988, p. 52). Sujeitos ao trabalho forçado, os filhos de mulheres escravizadas também estavam expostos a vários castigos, utilizados como forma de disciplina e correção. Essa pedagogia da opressão se exercia por meio de suplícios diários, humilhações e agravos (Góes; Florentino, 2010). Ser “moleque” correspondia, assim, a uma classificação específica no universo escravocrata, diferente da noção de “menino” ou de “criança”. Isso fica claro no comentário da personagem do livro, Sebastião Campos, temido senhor de engenho: “não cochilava com seus escravos. Na roga era temido até pelo feitor, um pouco devoto e cheio de escrúpulos de raça. ‘Preto é preto; branco é branco! Moleque é moleque; menino é menino!’” (Azevedo, 2020, p. 71).

Azevedo reconstrói, por meio da imagem literária, o cotidiano do menor cativo e as crueldades a que estava submetido. Benedito não era o único a ser punido; o próprio protagonista, quando criança ainda não alforriada, foi vítima da sua senhora, quando vivia na fazenda. Aos três anos de idade, junto com sua mãe Domingas, havia sido barbaramente açoitado: “de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança” (Azevedo, 2020, p. 41). Em outra passagem, o narrador relata o desamparo do pequeno Raimundo: “Todo ele era mau trato e fraqueza; tinha o estômago muito sujo, a língua saburmenta, o corpo a finar-se de reumatismo e tosse convulsa, o sangue predisposto à anemia escrofulosa” (Azevedo, 2020, p. 43).

Na primeira edição da obra (1881, p. 60-61), o narrador traz outros aspectos da saúde do protagonista. Ele apresentava uma fisionomia cor de terra e doentia, estando muito amarelado, linfático, cheio de lombrigas e com frieira. Nessa informação, Azevedo alude mais claramente à geofagia, uma condição que acometia muitos cativos. A ingestão de terra estava relacionada à presença de parasitoses intestinais, sendo um sintoma de grave desnutrição.

A narração do jovem Raimundo difere da enunciação de Benedito. O primeiro é apresentado com tolerância e afeto pelo narrador. Raimundo não é visto como uma unidade produtiva, mas como uma criança submetida à opressão do sistema escravista e à violência de uma mulher desregrada. As designações “pequeno” e “criança” transmitem uma relação de intimidade e carinho entre aquele que narra e o narrado. O tempo da infância do protagonista é demoradamente descrito, possibilitando que o leitor empatize com a personagem, dando-se conta do seu sofrimento, da sua orfandade e do preconceito sofrido: “não gostava dos outros meninos, porque lhe chamavam ‘Macaquinho’” (Azevedo, 2020, p. 54). Já no caso de Benedito, o relato é bem curto, havendo um apagamento narrativo sobre a sua história familiar. Sua condição infantil não é enfatizada, sendo hostilizado pelo próprio narrador.

Qual a razão desse tratamento diferenciado entre as personagens, já que apresentam trajetórias de vida semelhantes? Eram crianças escravizadas, negros, órfãos, vítimas de “megeras indomadas” e de uma sociedade escravocrata. Essa distinção na forma narrativa deixa entrever, mais uma vez, o racismo do autor, que, embora se mostre indignado com a escravidão, concebe os seres humanos dentro de uma hierarquia racial. Raimundo era embranquecido física e culturalmente, bem diferente de Benedito, cujo traço era predominantemente negro. Daí a lógica interna do menor cativo se configurar de acordo com os sentidos reprovativos atribuídos à cor negra: travesso, gatuno, traiçoeiro etc.

Do mesmo modo, Azevedo concede uma atenção enunciativa mais cuidadosa ao pequeno Manuel. Enquanto o ritmo narrativo do escravizado é resumido em frases espaçadas, o tempo da narrativa do menino português transcorre com demora, ocupando aproximadamente três páginas. Os diminutivos novamente aparecem aqui como um apelo afetivo ao leitor – “Manuelzinho”, “desterradozinho”, “portuguesinho” e “desgraçadinho”. Sua idade é destacada, “uma criança de uns dez anos de idade”, e sua história de vida é mais pormenorizada. O garoto português morava numa aldeia no Porto e tinha chegado ao Brasil fazia seis meses. Seus olhos estavam sempre vermelhos de chorar com saudade de sua mãe e da terra natal. Com sapatos e roupas desproporcionais ao corpo, que remetem à roupa usada, Manuelzinho vivia assustado, sofrendo agressões de outros caixeiros (Azevedo, 2020, p. 29-32).

No armazém do pai de Ana Rosa, ele trabalhava limpando as balanças e os pesos de latão. Embora estivesse sujeito à exploração do trabalho infantil e a abusos físicos, obtinha vantagens sociais por ser português e branco. Diferente de Benedito, não era açoitado nem escravizado. Além disso, tinha uma rede para dormir e recebia de Ana Rosa um amor filial, representado no ato dela de cortar e assear suas unhas (Azevedo, 2020, p. 30). Já o menino negro não recebia o olhar afetivo nem a compaixão de nenhuma personagem, aparecendo no romance apenas na lida doméstica, em peraltices e na hora do relho. Agassiz (2021) observa que, enquanto Manuelzinho era visto como uma criança prenhe de futuro, Benedito era deixado em abandono. Podemos dizer que essas expectativas distintas possuem uma dimensão histórica.

A trajetória da personagem portuguesa remete a uma particularidade social do Brasil oitocentista: a tentativa de imigração europeia como alternativa à crise do sistema escravista. Com o fim do tráfico negro, em 1850, e a economia algodoeira no Maranhão em colapso, em razão da concorrência norte-americana, muitos fazendeiros e homens de negócios tiveram de vender seus escravizados para os cafezais no Sul. Para impulsionar a economia e sanar a perda de mão de obra, foram lançados projetos de colonização que prometiam um futuro promissor ao estrangeiro que se aventurasse a viver na província e, de modo geral, no país. O programa de imigração visava não somente à substituição do trabalho escravizado para o livre, mas também atendia a uma demanda eugenista: trazer indivíduos brancos e europeus para civilizar a nação, já que o trabalhador negro era considerado, nos parâmetros científicos e sociais da época, como de menor qualidade.

Não eram só adultos que imigravam: muitas crianças e adolescentes, acompanhados de suas famílias ou mesmo órfãos (a figura de Manuelzinho), também aportavam na região. Mas chegando na província, o imigrante se deparava com muitas dificuldades, trabalhando em condições miseráveis e sujeito a epidemias. Em 1872, o cônsul português escreveu sobre a imigração portuguesa no Maranhão, informando o estado deplorável em que se encontravam muitos de seus patrícios. Defendia que os menores de 18 anos fossem proibidos de trabalhar na lavoura, por não resistirem às duras atividades nas colônias agrícolas. Sua sugestão era de que os menores fossem empregados no comércio (Mérián, 1988, p. 56).

Posto isso, podemos entender mais profundamente a construção de Benedito e Manuelzinho. Enquanto a primeira criança simbolizava um trabalhador a desaparecer, conforme preconizava a teoria do branqueamento, a segunda criança representava a esperança de progresso econômico e um elemento destinado a fortalecer a raça de brasileiros a partir da mestiçagem. Ambas as figuras representam faces de um projeto nacional que marcou a transição do trabalho escravizado para o livre, dentro de uma lógica racista. Nesse aspecto, o menino negro era a imagem da permanência do sistema escravista, que já se apresentava indesejável para as elites, mas ainda considerado necessário para a economia nacional. A menoridade do cativo aludia à sua vitalidade como força de trabalho a médio prazo, indicando que a abolição seria um processo lento e gradual. Por sua vez, a presença do menor português se abria como solução para o fim da escravidão, imagem da civilização desejada nos trópicos, branca e europeia.

Dito isso, ainda é preciso sublinhar uma diferença entre ambas as crianças. Enquanto Manuelzinho era retraído, mantendo sempre o olhar baixo e buscando se esconder de todos, Benedito enfrentava os seus donos. O cativo não cumpria as tarefas domésticas exigidas, atendia às ordens de seus senhores com atrasos, furtava para obter benefício, fugia quando tinha chance, esquivando-se dos castigos de Bárbara. Azevedo, com tais características, tinha a intenção de ressaltar a traquinagem do garoto, porém sinalizou igualmente para as resistências das crianças negras ao mundo da escravidão. As ações da personagem são uma

resposta à opressão em que vivia, sendo bem representativa das táticas utilizadas pelos meninos escravizados no Maranhão.

Examinando os anúncios de fugas de escravizados nos jornais maranhenses, notamos que a evasão de crianças cativas era um meio de ação cotidiano. Geralmente escapavam dos seus donos, levando alguns pertences destes para serem vendidos. Os furtos e os pequenos delitos eram empregados diariamente como forma de sobrevivência. Não raro, havia igualmente insultos, gritarias, barulhos, pequenas agressões como atirar objetos nos transeuntes da rua, que punham de cabeça para baixo a ordem pública das elites. Tudo isso provocava o desassossego da nata maranhense, que buscava formas de legislação para controlar e disciplinar os cativos.

Nem sempre os avisos dos periódicos informavam a idade desses menores. Conseguimos identificar a fase pueril por meio de indícios deixados nas fontes, como traços físicos e a designação “moleque”, bastante utilizada nesses veículos para informar a faixa etária. Porém, é preciso tomar cuidado, porque o termo tem sentido polissêmico, podendo aludir a pessoas que já estariam entre 14 e 20 anos (Leite, 2001). Aliás, chamar um negro adulto de “moleque” era uma maneira de rebaixá-lo a um permanente estado de infantilização.

Nos anúncios, muitos cativos se declaravam livres, evidenciando as recusas ao sistema escravista. Antonio, com idade entre sete e oito anos, evadiu-se da casa de Cezar Augusto Sodre Vidigal, trajando uma calça de riscado azul. As características físicas apontadas no jornal revelam os maus-tratos e o preconceito sofridos pelo menino: “preto, cabeça comprida e raspada, bastantes sinais de bexiga, beijudo e barrigudo, pés cheios de bichos”⁸. O “moleque” Joaquim, de nação crioula, com princípio de alfaiate, escapou de seu dono José Joaquim da Silva Leite Junior. Estava usando calça de riscado azul e camisa de paninho⁹. Tiburcio, de 13 anos, também havia fugido de José Ribeiro do Amaral, dizendo-se livre. Era cafuzo, com “cabelo frouxo” e “gordo”, e seu rosto era marcado por sinais de bexiga. Portava calça e camisa de riscado na hora da fuga¹⁰. A comunicação de desaparecimento de Silvino, com idade de três para quatro anos, mostra o abandono a que tais garotos estavam sujeitos. Pertencente a José Mariano Cantanhede, o menino era descrito como negro, tendo uma perna mais fina que a outra, por ter quebrado o osso entre o joelho e o pé, além de possuir uma cicatriz no olho¹¹.

Esses avisos sinalizam para o cotidiano das crianças cativas. A maioria delas apresenta diversos indícios de violências: fraturas, cicatrizes ou marcas de espancamentos. Há também

⁸ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano I, n. 36, 22 nov. 1842. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/132>. Acesso em: 27 jan. 2024.

⁹ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano II, n. 178, 27 abr. 1844. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/677>. Acesso em: 27 jan. 2024.

¹⁰ DIÁRIO DO MARANHÃO, Maranhão, ano VI, n. 448, 20 mar. 1875. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720011/4505>. Acesso em: 28 jan. 2024.

¹¹ O GLOBO, Maranhão, n. 79, 5 out. 1852. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749974/248>. Acesso em: 10 fev. 2024.

vestígios de doenças como a varíola. Chama a atenção a indumentária dos meninos. A maior parte dos menores usava calça e camisa de riscado azul, vestimenta fornecida pelos próprios senhores. Os tecidos reservados à escravaria eram em geral grosseiros, feitos de algodão ou baeta, e tinham uma finalidade – vestir mal os cativos era uma estratégia de reafirmação das diferenças sociais e raciais. Além dos panos de má qualidade, os trabalhadores portavam trajes velhos, remendados e mesmo rasgados, que herdavam de seus donos (Suguimatsu, 2016).

Nas aquarelas de Debret, como *Queima de Judas* ([1823] 2009), notamos que a calça e a camisa de riscado azul eram peças que vestiam tanto os corpos dos adultos quanto das crianças cativas. No caso destas últimas, as imagens iconográficas expõem frequentemente um estado de seminudez, com o tronco quase sempre desnudo.

Essa representação pictórica corresponde à de Benedito, que aparece na narrativa nu da cintura para cima. Nesse aspecto, sua configuração também se difere de Manuelzinho, que surge no enredo todo coberto: “as mãos escondidas nas enormes mangas de um jaquetão, cuja gola lhe subia até à nuca” (Azevedo, 2020, p. 31). Por meio da roupa constrói-se igualmente a diferença entre eles. A primeira cena vivaz em que Benedito aparece na história é quando leva uma bofetada de Bárbara, porque se recusou a pôr uma camisa para servir aos convidados da casa. Sua negação em vestir-se conforme a vontade do senhor aponta para o seu desejo de liberdade. Já no caso do jovem português, sua indumentária representa o tolhimento diante do mundo adulto e opressor.

A arte da astúcia, do insulto, da fuga, do relaxamento nas tarefas domésticas é uma forma velada de resistência utilizada pelos oprimidos em face de relações desiguais de poder. É um modo de manter a autoafirmação diante de uma realidade extremamente violenta como a escravidão. Tais ferramentas eram lançadas por adultos, mas também por crianças, cuja luta contra o sistema vinha dissimulada de travessura e zombaria. O comportamento enérgico do menor cativo muitas vezes era interpretado pelas elites como característica natural da raça; fazia parte inata do “moleque” a “molecagem”. Todavia, a “molecagem” não é uma propriedade específica do ser, mas um conjunto de técnicas aprendido na experiência da escravidão e utilizado pela criança negra para resistir aos açoites e punições.

São inúmeros os anúncios de roubos realizados pelos meninos cativos. Muitos desses garotos eram encarcerados e castigados ao serem flagrados com objetos roubados. O “moleque” João, propriedade de Raimundo dos Prazeres Rocha, foi preso numa taverna e remetido à delegacia, porque estava em posse de uma carteira que continha 140\$000 réis¹². Uma criança cativa, anônima, foi apreendida em 1878 com um colar de ouro e pérola, quando tentava vendê-lo¹³. Os jovens cativos geralmente repassavam os artigos para outros possíveis vendedores, como no caso de um “moleque” que havia roubado latas de manteiga, venden-

¹² O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano III, n. 237, 23 nov. 1844. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/920>. Acesso em: 3 fev. 2024.

¹³ O PAÍS, Maranhão, ano XVI, n. 169, 28 jul. 1878. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704369/1738>. Acesso em: 3 fev. 2024.

do para uma quitanda e para as “negras vendeiras” que ficavam nas arcadas do edifício da Companhia Confiança, em São Luís¹⁴.

Essas condutas desviantes se misturavam a outras. O “moleque” Crispim, escravo de José Gonçalves Teixeira, foi preso por ordem do chefe de polícia, porque havia atirado uma “cabacinha em o Dr. Roxo”¹⁵. Já o “moleque” Domingos, pertencente a Manoel Ourives, foi recolhido à cadeia por ter ferido com uma pedrada o rosto do paisano Joaquim Pereira¹⁶. Tal atitude expõe como as crianças invertiam a ordem dominante, zombavam dos representantes do sistema escravista, usando uma tática de resistência lúdica que não excluía certa dose de agressividade. Desobedecer às normas dos senhores era um ato cotidiano desses menores, evidenciado na rotineira infração da legislação.

Chalhoub (2011) comenta que a escravidão nas cidades sofria adequações importantes, como maior autonomia no trabalho e possibilidade de fugas. Uma das formas legais de controle dos escravizados foram os códigos de postura. No Maranhão, as disposições de 1842 determinavam medidas para disciplinar os negros e conter possíveis insurreições. Entre as regras, estavam: art. 86 – nenhum escravo podia sair à rua, sem autorização, após o toque de recolher. O indivíduo que transgredisse a regra seria recolhido à prisão e entregue ao responsável, para ser castigado publicamente. Caso o transgressor não fosse punido, o proprietário seria multado em mil réis; art. 87 – proibido o ajuntamento de mais de três escravos em vias públicas, salvo em serviço. O descumprimento acarretava multa de quatro mil réis (Selbach, 2010).

O código de 1866 tornou essas normas mais rigorosas, ampliando as regras e punições. O art. 30 reforçava que o cativo não podia sair de casa após as dez horas da noite sem autorização escrita do senhor. Os infratores seriam presos e entregues aos seus donos, que deveriam pagar uma multa de mil réis por cada escravo assim encontrado. O art. 31 proibia aos escravizados manter comércio na capital sem licença do senhor, sob pena de multa de dez mil réis, dobrada na reincidência, além de oito dias de prisão (Selbach, 2010). A maior punição era para quem violasse o art. 115, que proibia reuniões de mais de quatro escravos em quitandas ou casas comerciais que vendessem bebidas alcoólicas e realizassem jogos de rifa. Os donos desses estabelecimentos pagariam multa de vinte mil réis, dobrada na reincidência (Selbach, 2010).

A imprensa registrou vários meninos envolvidos nessas infrações. O “moleque” Felix, escravo do padre José Claudio Marques, foi preso na rua Formosa por transgredir o art.

¹⁴ O PAÍS, Maranhão, ano XVI, n. 187, 20 ago. 1878. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704369/1811>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹⁵ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano XXXIV, n. 28, 5 fev. 1875. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/23696>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹⁶ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano VII, n. 762, 30 jan. 1849. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/2986>. Acesso em: 5 fev. 2024.

86, sendo entregue ao senhor para ser castigado¹⁷. O menor de idade Fernando, propriedade de Afonso José de Castro, foi preso na rua do Ribeirão por estar ébrio e pela mesma contravenção do art. 86, sendo devolvido ao seu dono para receber punição¹⁸. O “moleque” Henrique, pertencente ao convento de N. S. das Mercês, foi recolhido à prisão por infringir o art. 30¹⁹.

Da mesma maneira, o art. 94 do código de 1866 era desrespeitado. Ele proibía vozeria, alaridos e gritos nas ruas sem ser para pedir socorro ou capturar criminoso. Na coluna destinada à repartição da polícia, no *Publicador Maranhense*, foram registradas várias dessas infrações, cometidas por meninos cativos, a exemplo de Altino, de propriedade de Manoel Antonio dos Santos Leal, detido por andar apitando pelas ruas²⁰. O art. 93 também era constantemente infringido. A norma dizia que insultar com palavras e ações qualquer pessoa poderia gerar uma multa ou três dias de prisão, sendo o dobro nas reincidências. O “moleque” Arthur, propriedade de Otton Castro, foi preso por violar esse regulamento²¹.

A impressão que temos é que Azevedo tirou sua personagem negra de algum desses anúncios. Podemos imaginar em que termos seria apresentada: a Maria Bárbara fugiu um moleque de nome Benedito, com os seguintes sinais: idade de 10 a 12 anos, “pretinho seco, retinto”, “pernas compridas, beijos enormes, dentes branquíssimos”, “nu da cintura para cima”. “Quebrava muita louça e fugia de casa constantemente” (Azevedo, 2020, p. 66). Quem o pegar e levar ao anunciante ganhará uma gratificação.

Os traços internos de Benedito revelam sua visão do cativeiro. As fugas frequentes mostram que ele não reconhecia a condição de escravizado. O episódio de sua evasão expressa como o jovem subvertia as normas da escravidão. Desobedecendo à ordem de Bárbara para vestir uma camisa, aproveita a festa no sobrado para fugir. Percorre a Rua Grande, dobra para o Largo dos Quartéis e quase alcança o mato da Gamboa, região onde se concentrava a população negra de São Luís. Perseguido por um empregado da família, acaba capturado e levado de volta para ser castigado. Benedito fez da cidade seu refúgio, em busca de solidariedade entre os seus. Não se dirigia a qualquer lugar, mas a territórios negros, onde encontrava proteção e comunidade. Conhecia os caminhos, driblando e cansando seus algozes: “entrou o Dias, trazendo Benedito pelo cóis. Vinha a deitar os bofes pela boca e, quase sem poder falar, contou que ‘seguira o ladrão’” (Azevedo, 2020, p. 79). As ações de rebeldia, retratadas

¹⁷ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano II, n. 155, 3 fev. 1844. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/582>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹⁸ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano II, n. 134, 6 nov. 1843. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720089/502>. Acesso em: 23 fev. 2024.

¹⁹ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano XXVL, n. 132, 10 jun. 1867. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/18472>. Acesso em: 23 fev. 2024.

²⁰ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano VII, n. 762, 30 jan. 1849. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/2986>. Acesso em: 24 fev. 2024.

²¹ O PUBLICADOR MARANHENSE, Maranhão, ano XXXIII, 7 jul. 1874. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720089/23029>. Acesso em: 24 fev. 2024.

no romance, mostram que os escravizados, como observa Slenes (2011), possuíam normas próprias e desafiavam as regras do cativo utilizando os recursos à sua disposição.

Devemos destacar que as imagens de controle em torno do menino negro não eram uma configuração exclusiva de Azevedo, mas uma estética racista e da violência que permeou diversas correntes literárias. Muito antes do Naturalismo, o Romantismo já reforçava aspectos físicos e psicológicos pré-concebidos na esquematização da criança negra. O preconceito possuía suas próprias formas de representar os indivíduos considerados inferiores. Técnicas como a caricatura, a hipérbole e o grotesco eram empregadas para criar imagens de aversão e ridicularizar a humanidade do ser representado²².

Em *A moreninha*, obra inaugural do Romantismo brasileiro, Macedo (1845) apresenta os moleques Rafael e Tobias. O primeiro era o faz-tudo de uma família abastada: cozinheiro, limpa-botas, cabeleireiro, moço de recados etc. Travesso, gostava da rua e atrasava-se nos serviços da casa, sendo punido pelo senhor com beliscões e palmatórias. Já o segundo, malicioso e cheio de gírias, buscava tirar proveito das intrigas amorosas de seus donos, perturbando-os e arrancando dinheiro deles. Sua descrição assemelha-se à de Benedito:

Com uma cara mais negra e mais lustrosa do que um botim envernizado, tendo dois olhos belos, grandes (...), com lábios grossos e de nácar, ocultando duas ordens de finos e claros dentes (...); dá-lhe a ligeireza, a inquietação e rapidez de movimento de um macaco e terá feito ideia desse diabo de azeviche (Macedo, 1845, p. 26, grifo nosso).

Na comédia *O demônio familiar* (1858), José de Alencar constrói a imagem do menor cativo a partir da figura de Pedro, criado do médico Eduardo. O menino é esperto, zombeteiro e cheio de artimanhas, criando uma série de maquinações entre seus senhores. No drama, o autor explora ao máximo as “molecagens”/resistências de Pedro, trazendo à narrativa uma finalidade moral: expor os perigos que uma família branca pode enfrentar ao cultivar em

²² Em geral, as crianças cativas eram personagens secundárias. Nos romances oitocentistas, muitas vezes, surgem sem nome, identificadas apenas como “moleques” ou “criados”, sem traços físicos ou psicológicos definidos. Entretanto, algumas obras lhes atribuem nome e maior caracterização. Dentre elas, o “moleque” aparece em *A moreninha* (1845), de Joaquim Manuel de Macedo, nas figuras de Rafael e Tobias; em *O demônio familiar* (1857), de José de Alencar, com Pedro; e em *Mota Coqueiro* (1877), de José do Patrocínio, com Carlos. Machado de Assis também cria personagens escravizadas infantis, mas, diferentemente dos outros autores, não reforça estereótipos racistas, utilizando a ironia para criticar a escravidão. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), surge o emblemático Prudêncio; na crônica “Bons dias!” (1888), satiriza a abolição por meio do jovem Pancrácio; e, no conto “O caso da vara” (1891), dá forma à menina Lucrécia, cativa torturada por uma viúva. Mais tarde, o menor cativo será comparado a Gavroche, personagem infantil de Victor Hugo em *Os miseráveis* (1862), associado ao “moleque” por simbolizar esperteza e ousadia diante das convenções sociais. Com Lima Barreto, no século XX, o “moleque” assume protagonismo no conto homônimo (1921): um garoto negro, fantasiado de diabinho, transforma o estigma racial em resistência, e o símbolo infernal converte-se em signo de luta. Cf. *FON-FON*, ano III, n. 3, 16 jan. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/259063/2179>. Acesso em: 17 out. 2025.

sua intimidade uma criança negra. Ela mente, rouba e manipula, ameaçando a reputação de todos os membros da família. O menor é apresentado em sua malignidade, como um demônio que, ao compartilhar dos carinhos da mãe branca, vai corroendo o lar doméstico.

É significativo que o castigo dado a Pedro por suas traquinagens tenha sido a liberdade. Sua alforria traz duas ponderações: a primeira expressa o modo como as elites viam a escravidão infantil. O cativo da criança negra não era visto como exploração da força do trabalho, mas sim como um ato de bondade e proteção por parte dos senhores brancos; a segunda refere-se ao sentido adjacente dessa liberdade, que implicava o abandono do menor à própria sorte. Eduardo, no ato da manumissão, comenta: “Livres (...) apreciarás os nobres sentimentos que hoje não compreendes; porque não terás um senhor que vele sobre ti, que te aconselhe e te dirija; porque não terás uma família que te alimente, e te estime!” (Alencar, 1958, p. 157).

No final, a personagem do médico dirige-se à plateia e profetiza o momento em que os lares não mais serão atemorizados pelos “moleques”, pois estes um dia desapareceriam das casas senhoriais. O desfecho alude novamente a um processo gradual da abolição. Subjaz a ideia de que o mal da ordem escravocrata não decorria da instituição em si, mas da personalidade endiabrada do cativo, que contaminava a vida doméstica de seus senhores. Assim, liberto o escravizado, também se libertaria o senhor da ameaça e das importunações dos cativos: “façamos votos para que o demônio familiar das nossas casas desapareça um dia, deixando o nosso lar doméstico protegido por Deus, e por esses anjos tutelares (*Designa as senhoras dos camarotes*)” (Alencar, 1858, p. 159).

Souza (2021, p. 123) explica que a peça, apresentada em 1857 no Teatro do Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro, buscava transmitir uma mensagem às elites escravistas: o afrouxamento das relações entre senhores e escravizados gerava uma inversão de valores, fazendo com que o próprio senhor se transformasse em escravo do seu escravo. A comichidade do espetáculo tinha a função de provocar uma identificação entre a encenação e a plateia, perceptível nos gestos do ator direcionados às senhoras dos camarotes. “O riso é uma forma de enunciação que surge diretamente das profundezas libidinais do corpo, mas tem também uma dimensão cognitiva” (Eagleton, 2020, p. 119). O riso alencariano tinha o objetivo de comunicar o terror que a presença dos “moleques” poderia causar na paz doméstica dos brancos.

Considerações finais

A personagem Benedito é representativa de uma realidade peculiar do Brasil e do Maranhão oitocentista, retrato do cotidiano da infância escravizada e de suas resistências. Como linguagem, é um artifício estético, produto artístico ao estilo naturalista de Aluísio Azevedo. E, como imaginário social, é o “moleque”, isto é, uma imagem de controle criada no tempo

da escravidão para justificar a exploração do trabalho da criança negra. Na sua elaboração, múltiplas variantes se cruzam: classe, raça, gênero e idade. Esses elementos dão linhas à sua configuração imagética, que, uma vez apropriada pela cultura popular e pelas elites, vai sendo reproduzida, transformada e operacionalizada nas práticas e relações sociais.

Benedito é também uma metáfora de violência, pois expressa uma maneira de ver, pensar e imaginar o outro, numa perspectiva colonizadora e de dominação. Sua esquematização remete a um sistema de opressão, que busca rebaixar a humanidade de grupos e indivíduos por um viés racializado, determinando sua posição e seu lugar de merecimento na sociedade: os filhos das escravizadas “havia de ser batidos, torcidos, arrastados, espremidos e fervidos. Era assim que se criava uma criança escrava” (Góes; Florentino, 2010, p. 99).

Como representação de uma estética racista, o conceito da criança negra como “moleque” precisa ser denunciado e transfigurado. Hall (2006, p. 24) escreve que as experiências dos negros, enformadas nos “regimes dominantes de representação”, são frutos de um exercício de “poder cultural e de normalização”, que deforma as identidades dos sujeitos. hooks (2019, p. 30-31) comenta que tratar sobre raça e representação é igualmente empenhar-se para modificar a imagem, pois existe uma conexão íntima entre o símbolo e a manutenção do sistema de dominação racial.

Assim, faz-se necessário intervir no mundo das imagens e apresentar alternativas transgressoras a fim de desmontar os esquemas hegemônicos que estão internalizados nas representações sobre os negros. É salutar esgotar as possibilidades inerentes ao próprio símbolo, desviando o olhar para as suas ambiguidades. Nesse sentido, a imagem de Benedito pode tomar outras formas, de traíçoeiro e “levado dos diabos” para símbolo de resistência.

Referências

- AGASSIZ, Jane Antonia Sales Rocha. Infância, trabalho e escravidão na obra de Aluísio Azevedo. *Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, v. 26, n. 20, p. 1-8, ago. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/issue/view/461>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. Rio de Janeiro: Tipografia de Soares & Irmão, 1858.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Crianças/ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.
- AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. Maranhão: Typ. do País, 1881.
- AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 3. ed. São Paulo: Principis, 2020.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. In: COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-178.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COWLING, Camillia. “Como escrava e mãe”: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomaz (org.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Edusp, 2015. p. 143-166.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Debret e o Brasil: obras completas, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara, 2009.

EAGLETON, Terry. *Humor: o papel fundamental do riso na cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2005.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo Garcia. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21-35, 1 jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2006.10360>. Acesso em: 14 fev. 2024.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representações*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os brasileiros*. Tradução: Elias Dolianiti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo a memória e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-52.

MACEDO, Joaquim Manuel. *A moreninha*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de I. P. da Costa, 1845.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*: 50

textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-342.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava: em torno da Lei do Ventre Livre. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, mar./ago. 1988.

MAUD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 74-95.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913): o verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Banco Sudameris, 1988.

MOTT, Maria Lúcia de Barro. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-68, 1979.

ROMANO, Valter Pereira; SEABRA, Rodrigo Duarte. Menino, guri ou piá? *ALFA*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 463-497, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1405-9>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826: uma vez e nunca mais*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000.

SELBACH, Jeferson Francisco (org.). *Código de Postura de São Luís/MA*. São Luís: Edufma, 2010.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. “Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes. *Revista de História*, Salvador, v. 5, n. 1-2, p. 107-134, 2013.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. O demônio familiar, de José de Alencar, no Teatro D. Maria II. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 116-137, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204606>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SUGUIMATSU, Isabela Cristina. *Atrás dos panos: vestuário, ornamentos e identidades escravas: Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperança e recordação na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nas propriedades de Mariana (1850-1888). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2004. v. 14, p. 15-16.

VILLA, Valência; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*, São Paulo, v. 35, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000078>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Recebido: 28 de março de 2025 – Aprovado: 27 de outubro de 2025

Editora responsável: Silvia Liebel